



TERCEIRA CONFERÊNCIA
IBERO-AMERICANA

SALVADOR, BRASIL 93

33-5-8

DISCURSO DO PRIMEIRO MINISTRO DE PORTUGAL SENHOR ANIBAL CAVACO SILVA, NA SEGUNDA SESSÃO DE TRABALHO DA III CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO.

Salvador , 15 de Julho de 1993.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

Intervenção de S.E. o Primeiro Ministro de Portugal, Prof. Doutor Anibal Cavaco Silva, na 3ª Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo dos Países da América Latina, Espanha e Portugal

Salvador da Bahia, 15 de Julho de 1993



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

Senhor Presidente do Brasil,
Senhores Presidentes,

Gostaria de começar por felicitar o Brasil pela organização desta terceira Cimeira e por agradecer a hospitalidade que nos está a ser proporcionada, fraternal e generosa, como é característica do povo brasileiro.

Como Primeiro Ministro de Portugal, não poderia deixar de assinalar o facto de ser esta a primeira vez que a Cimeira tem lugar num país de língua portuguesa. A Comunidade cultural luso-brasileira, assente em raízes históricas profundas, bem visíveis aqui em Salvador da Bahia, é uma realidade presente no espírito dos dois povos. Penso que esta estreita relação entre os dois países que falam a língua de Camões e de Jorge Amado constitui um elemento de enriquecimento para as nossas Cimeiras.

O projecto que a todos nos anima, e que a todos nos trouxe a esta reunião em Salvador, assenta em múltiplos e intensos laços de ordem humana, cultural, linguística e até afectiva. Por isso é nosso dever afirmar estes laços e contribuir para a sua projecção no futuro, a partir das bases sólidas que soubemos já construir.

Esta Cimeira constitui sem dúvida "forum" e oportunidade privilegiados para a construção de um espaço de diálogo e cooperação entre os nossos países.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

Nesta perspectiva, pensamos que a Declaração de Guadalajara de 1991 e as Conclusões da Conferência de Madrid de 1992 constituem um verdadeiro código de conduta para o desenvolvimento das relações entre os países que participam nestas reuniões. Com base naqueles documentos, estamos em condições de delimitar um espaço comum de acção política e de cooperação, espaço este capaz de se afirmar numa cena internacional em rápida mutação.

Muitos dos princípios que aprovámos estão directamente relacionados com a questão do desenvolvimento económico e social que, nos seus múltiplos aspectos, constitui o grande tema em discussão nesta reunião Cimeira de Salvador. Os responsáveis dos nossos Governos nas áreas da saúde, da educação, da cultura e da ciência e tecnologia tiveram ocasião, nas reuniões preparatórias, de focalizar estes temas na óptica do desenvolvimento. Mas penso que será necessário proceder ao aprofundamento daqueles conceitos, que deverão necessariamente constituir a base para a formulação de políticas bem sucedidas de desenvolvimento económico e social para os nossos países.

Em primeiro lugar, parece-me indispensável reafirmar o princípio da plena participação dos povos nos processos e mecanismos de decisão política. As liberdades civis e políticas, a afirmação do Estado de Direito e o pleno respeito pelos direitos do homem constituem requisitos essenciais que condicionam as políticas de desenvolvimento económico.

Por esse motivo, não poderemos deixar de condenar de modo firme e inequívoco quaisquer tentativas de submeter ou alterar pela violência a ordem constitucional democrática. Trata-se de um ponto fundamental, em que felizmente já soubemos evidenciar a nossa determinação de agir em total coerência com as declarações que aprovámos.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

Um outro aspecto da formulação e aplicação de políticas de desenvolvimento diz respeito à estreita ligação que deve existir entre democracia política e respeito pelos direitos humanos, por um lado, e desenvolvimento sustentado, por outro.

A consolidação da democracia tem que ser acompanhada por crescimento económico, justiça social e igualdade de oportunidades. Só através da conjugação destes factores - democracia e desenvolvimento - será possível combater eficazmente flagelos que assolam as nossas sociedades, como a pobreza, o desemprego, a marginalidade económica e social e a droga.

Gostaria a este respeito de sublinhar que considero ser esta uma análise válida para os nossos países, independentemente do nível de desenvolvimento em que se encontram. Também nos países mais desenvolvidos, incluindo na Europa Comunitária, somos confrontados com novos problemas de marginalização social, desemprego e fluxos de imigração, que requerem uma resposta global e integrada, simultaneamente a nível político, económico, social e cultural.

Em Abril deste ano realizou-se em Lisboa uma reunião internacional em que diversas personalidades, algumas oriundas de países aqui representados, procuraram reflectir sobre a futura configuração do debate Norte-Sul no contexto da nova situação internacional. E as conclusões apontaram claramente para diversos aspectos que são hoje tema da nossa agenda, já que ali foi sublinhado que o êxito e a viabilidade do novo diálogo Norte-Sul depende da capacidade de fornecer respostas inovadoras e promover políticas em quatro áreas primordiais:

- a redução da pobreza através de incentivos à criatividade do ser humano;



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

- a criação de uma sociedade cívica com cidadãos livres e conscientes dos seus direitos;
- o diálogo inter-cultural;
- o comércio internacional livre.

Todas estas questões são vitais para o desenvolvimento e para a liberdade, para a criação de riqueza e para o bem estar das populações.

No âmbito da discussão de temas relativos ao desenvolvimento merece uma referência especial a resolução 47/181 da Assembleia Geral da ONU, oportuna iniciativa do Brasil, e que consagra a relevância do sistema das Nações Unidas como "forum" capaz de enquadrar os esforços internacionais pela promoção do progresso económico e social dos povos. Aguardamos por isso o próximo relatório do Secretário Geral das Nações Unidas sobre a "Agenda para o Desenvolvimento", que será documento base para o aprofundamento do debate sobre o reforço do papel da ONU na cooperação internacional em matéria de desenvolvimento.

Senhor Presidente,

Constatamos com satisfação os progressos verificados nos países da América Latina na consolidação de regimes de democracia plena e na corajosa aplicação de reformas económicas que abrem caminho à liberalização de mercados, ao aumento do investimento estrangeiro e ao desenvolvimento de processos de integração regional, de que o Mercosul constitui exemplo patente.

Portugal está firmemente empenhado em apoiar esta evolução em curso nos países da América Latina, quer no âmbito da Comunidade



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

Europeia, quer no quadro destas Cimeiras. Na nossa reunião do ano passado em Madrid tive ocasião de sublinhar o contributo da Comunidade Europeia durante o 1º semestre de 1992, período durante o qual o meu País exerceu a Presidência do Conselho daquela Comunidade. E é com satisfação que registamos os progressos que temos vindo a alcançar, ano a ano, nestas Cimeiras, que constituem já uma área privilegiada de cooperação entre Portugal, Espanha e os Países latino-americanos. Creio que no futuro deveremos continuar a orientar a nossa vontade política no sentido de impulsionar ainda mais este processo de cooperação, de modo a transformá-lo numa realidade política concreta nos diversos "fora" internacionais.

Foi com este espírito que Portugal apresentou propostas para uma mais extensa colaboração na área multilateral, nomeadamente no quadro das Nações Unidas e de outros organismos internacionais. Será, com efeito, através do reforço da cooperação em casos concretos que melhor poderemos contribuir para a crescente afirmação dos resultados destas reuniões ao mais alto nível.

Antes de terminar gostaria de renovar o empenho do meu País no sucesso destas Cimeiras, que são uma nova esfera de afirmação internacional dos nossos Países. E, de novo, agradecer ao Brasil o cuidado posto na realização da Conferência e a escolha da cidade de Salvador da Bahia, exemplo feliz do encontro dos nossos dois continentes.